

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Alice de Souza Vicente

DESIGUALDADE SOCIAL E QUESTÃO HABITACIONAL

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Maria Alice de Souza Vicente**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201773506A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DESIGUALDADE SOCIAL E QUESTÃO HABITACIONAL**, desenvolvido durante o período de 30 de julho de 2018 a 28 de novembro de 2018 sob a orientação de Luiz Flávio Neubert, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MARIA ALICE DE SOUZA VICENTE

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

DESGUALDADE SOCIAL E QUESTÃO HABITACIONAL

Maria Alice de Souza Vicente¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão acerca da questão habitacional no Brasil explicitando sua relação com o capitalismo para assim demonstrar que a mesma é uma expressão da desigualdade social. O texto busca mostrar a importância de se compreender a questão habitacional no Brasil como uma manifestação da questão social sendo, portanto, expressão da contradição existente entre capital e trabalho, esta questão envolve o mercado, Estado e a população numa relação de disputas de interesses. Tendo em vista que a questão social expressa a contradição fundamental do modo de produção capitalista, na qual os capitalistas se apropriam de forma privada da riqueza socialmente produzida. A questão da habitação é decorrente do desenvolvimento do capitalismo e das contradições sociais provenientes desse sistema. Ao traçar uma breve trajetória da questão habitacional no Brasil objetiva-se demonstrar que o crescimento contínuo, o adensamento da periferia e a exclusão sócio territorial, são as principais consequências do processo de urbanização no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação. Desigualdade social. Capitalismo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa debater sobre a questão habitacional no Brasil entendida como uma das expressões da desigualdade social. Para tanto será feita revisão bibliográfica de textos de autores que desenvolvemos principais aspectos da questão habitacional, principalmente seu processo histórico e sua relação com a sociedade capitalista.

Dentre tantas expressões visíveis que configuram a questão social, focamos nosso estudo no fenômeno habitacional em âmbito urbano, que mercantiliza a moradia e dificulta o acesso de milhares de pessoas à habitação. Permeada entre direito, sonho e consumo, a moradia diz muito sobre os sujeitos. O território onde se inserem, os equipamentos e serviços públicos disponíveis, a relação com o trabalho, o pertencimento e a identidade territorial, a relação com outros atores sociais, tudo se conjuga na compreensão dos sujeitos sociais. O aumento das formas precárias de moradias exige do Estado respostas nas quais ele precisa inserir os setores ligados ao mercado e, desse modo, atender aos interesses capitalistas. A política habitacional é formulada e desenvolvida nesse contexto, contraditoriamente atendendo a um seleto grupo populacional pobre ao mesmo tempo em que atende ao mercado da habitação (o que inclui também setores financeiros). As ações adotadas pelo poder público causam impactos nos territórios onde se realizam os conjuntos habitacionais populares. Esses impactos, que afetam o bairro e seu entorno, são de ordem social, econômica, cultural, e interferem diretamente no cotidiano da população. (CLEMENTE, 2015, p.16)

Em um primeiro momento será traçado um breve resumo das políticas habitacionais no Brasil, buscando demonstrar que historicamente as mesmas são marcadas pela descontinuidade, fragmentação, setorização. Tais políticas foram ineficientes em garantir acesso a habitação especialmente às camadas mais necessitadas da população.

As cidades são, há muito tempo, um objeto privilegiado das ciências sociais. A historiografia dos estudos urbanos revela diferentes aspectos desses espaços: sua função política, as diferentes formas de percepção e apropriação do espaço urbano, seu viés econômico, a exemplo dos processos de industrialização e seu impacto sobre a relação capital/trabalho, bem como a mobilização dos trabalhadores a partir dessa ótica. (AMOROSO, BRUM, GONÇALVES, 2015, p.01)

A questão habitacional envolve diversos sujeitos com interesses divergentes como o Estado, as classes populares e o mercado. Como diz Aragão e Soraggi, a produção do espaço por estes três agentes gera um organismo complexo, expressão das disputas que caracterizam a sua relação por localização e também pela possibilidade de serem protagonistas nas tomadas de decisão. A cidade é o lugar em que essas disputas que

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: marialicehp@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

expressam, nela podemos perceber que a questão habitacional é um resultado da forma com que se desenvolve o espaço urbano na sociedade capitalista.

2. Habitação, Desigualdade Social e Capitalismo: Algumas considerações

É importante se ter uma compreensão sobre as particularidades da formação da sociedade brasileira para se compreender como a desigualdade social se expressa no país, Menegat diz que a emergência da questão social se encontra associada ao modelo de colonização do território brasileiro. Pode-se perceber que o crescimento contínuo e adensamento da periferia, e o aumento da segregação e exclusão sócio territorial, são características do processo de urbanização no Brasil.

A industrialização no Brasil é basicamente urbana, com um abundante exército industrial de reserva, o que gera um perfil de cidade com crescimento do setor terciário e da economia informal, visto que a taxa de urbanização era superior ao que o processo de industrialização podia absorver. Nesse quadro, o papel do Estado não pode ser secundarizado, pois se configurou como articulador central do novo modelo de acumulação. Concentrou seus esforços e ações em regulamentar leis trabalhistas, favorecendo as relações entre capital e trabalho e a organização do mercado de trabalho. Atuou também como facilitador de transações comerciais e financeiras entre frações da burguesia, solapando a economia (PINTO, 2005, p.10)

No Brasil o processo de formação urbana é anterior à industrialização. As cidades foram criadas no período colonial e ao fim desse período, começaram a serem estruturadas em redes regionais se iniciando a articulação entre o urbano e o rural. A partir do século XIX o fenômeno da urbanização intensificou-se, alterando a relação cidade e campo, em decorrência das modificações no mundo do trabalho. As cidades não comportavam o grande número de trabalhadores, que vieram para o perímetro urbano atraídos pela industrialização.

As cidades capitalistas apresentam problemas desde o seu surgimento. Esses problemas são agravados com o desenvolvimento das forças produtivas e a busca desenfreada pela maior acumulação possível, que se reflete na degradação das condições de vida da classe trabalhadora e dos subalternos. Esse conjunto de problemas decorre do (ou se intensifica com o) processo de urbanização desigual (aliado ao movimento de industrialização) e da expansão territorial desenfreada, que leva à ocupação de espaços inadequados à moradia e precariedade de serviços públicos, ao passo em que, em contraposição, é desenvolvido um fomento da especulação imobiliária e da indústria da construção civil e grandes empreiteiras dominando o espaço urbano e influenciando as ações do poder público. (CLEMENTE, 2015, p.33)

Consequentemente forma-se uma grande legião de pessoas sem empregos, que buscam formas alternativas de sobrevivência. Esse movimento desencadeia uma má distribuição e desordenação do espaço urbano. Em geral, as elites tendem a localizar-se nos centros das cidades e suas proximidades, ocupando não por acaso, os melhores e mais valorizados espaços. Aos trabalhadores e desempregados restam os lugares mais distantes, de difícil acesso, onde os serviços voltados ao atendimento de necessidades básicas são precários ou inexistentes.

São tendências do próprio desenvolvimento capitalista, na sua fase monopólica, que alimentam o desenvolvimento de um amplo setor informal nas cidades, constituindo as atividades semi-assalariadas ou temporárias e o trabalho autônomo que assume o comércio e os serviços de baixa produtividade. A massa crescente de trabalhadores autônomos ou semi-assalariados não representa uma deformação do tecido social urbano ou um fenômeno de inchaço, como explica a abordagem dualista, mas expressa características próprias do processo de acumulação das sociedades e é funcional ao próprio sistema, ao desempenhar importante papel na circulação de mercadorias e na prestação de serviços de baixa produtividade, os quais contribuem para o barateamento da reprodução da força de trabalho. (SILVA e SILVA, 1989, p. 21)

O processo de urbanização e industrialização contribuiu com o empobrecimento da classe operária, as cidades se colocam como um espaço de lutas e conquistas. Isto implica em dizer, que o espaço urbano é o lugar da reprodução das classes sociais e reprodução do capital. Pinto afirma que a urbanização brasileira

[...] tem a marca das classes sociais e se realiza por meio do favorecimento das demandas da burguesia e das classes médias em detrimento dos interesses da grande maioria da população: os trabalhadores. A urbanização brasileira baseia-se na racionalidade da modernização excludente. Os investimentos que conformam o cenário da cidade revelam a segregação social e as diferenças em especial na ocupação do solo e na distribuição dos agrupamentos, que é diferentemente apropriada pelos distintos grupos ou classes sociais. (PINTO, 2005, p.11)

O processo de segregação territorial conforma-se como um reflexo das desigualdades sociais e econômicas entre as classes no sistema capitalista, se materializando na localização das moradias e qualidade de serviços prestados à população.

Historicamente, a construção do espaço urbano brasileiro foi marcada por frequentes ocupações de terras ociosas e/ou subutilizadas, reflexo de um processo de consolidação do território baseado no modelo centro-periferia¹, onde o acesso à cidade é constantemente negado à população de renda mais baixa. Somado a isso, a estruturação das políticas públicas de habitação tem se mostrado incompatível com as demandas da população e com a problemática urbana. (ARAGÃO, SORAGGI, 2016, p.02)

No que se refere às políticas públicas de habitação até os anos de 1930, segundo Bonduki, a habitação para classes populares eram basicamente as vilas operárias e moradias de aluguel de baixa qualidade. Em 1946 foi fundada a Fundação Casa Popular que era voltada para famílias pobres.

Em 1964 após o golpe militar foi instituído o Plano Nacional de Habitação e foi criado em 1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH) e implementado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A partir daí a política habitacional ganhou diretrizes nacionais.

Foi apenas com a criação do BNH e do SFH em agosto de 1964 que o Estado vai participar com maior força no financiamento da habitação. Ambas as instituições tinham como principal objetivo realizar uma política nacional de habitação estimulando a construção de casas populares e financiando a aquisição da casa própria para as camadas de mais baixa renda.

Originado com o objetivo de viabilizar recursos públicos destinados à realização de investimentos urbanos, o BNH foi, sem dúvida, um dos principais agentes de promoção imobiliária para populações de baixa renda durante longo período. Desde sua criação foram previstas vantagens para os compradores das casas populares em relação aos mutuários de renda mais alta. A criação de estímulos como subsídios diretos e indiretos bem como a transferência para outras agências públicas do ônus de certos subsídios indiretos, foram um dos muitos recursos usados pelo BNH para facilitar o acesso à casa própria. Além disso, destaca-se o importante papel exercido pela Companhia de Habitação (COHAB) para o acesso de setores populares à casa própria. Para realizar sua vocação o BNH foi pensado no sentido de que a obtenção dos recursos necessários ocorresse de forma autofinanciada. Isso seria possível a partir do retorno do capital aplicado mediante o pagamento das prestações, permitindo o aumento da capacidade de investimento na área habitacional. Nesse intuito criou-se o Sistema Financeiro de Habitação e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). (CASSAB, 2008, p.01)

O Banco Nacional de Habitação, por ter uma gestão centralizada e autoritária, realizou projetos que não levaram em consideração as especificidades de cada região do país. Tais projetos não atendiam as camadas mais pobres da população.

Uma das consequências da política adotada foi o encarecimento das terras urbanas, incentivando a especulação imobiliária e produzindo cada vez mais uma cidade à margem do mercado, assim como conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, agravando o problema da mobilidade urbana e elevando o custo da urbanização. Os projetos não levaram em consideração questões fundamentais como a proximidade do local de moradia com o local de trabalho, impactando no custo social e econômico para as comunidades e cidades, gerando o isolamento e segregação dos conjuntos populares. (PAZ e TABOADA, s.d, s.p.)

O Banco Nacional de Habitação foi extinto em 1986 tendo suas funções transferidas para a Caixa Econômica Federal. Nesse período não foram criadas novas iniciativas de promoção de habitação popular. As iniciativas que ocorreram no âmbito estadual e municipal, geradas por pressão de movimentos sociais, não faziam parte de uma política habitacional.

A partir de 1988, com a constituição federal, a gestão dos programas sociais passa a ficar a cargo dos Estados e municípios, um ano depois a criação Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC) permitiu a esses governos uma maior autonomia. Foram implantadas iniciativas, de ação local, como os programas de regularização e urbanização de favelas e loteamentos.

Seja pela redefinição institucional acentuadamente municipalista promovida pela nova constituição de 1988, seja pela iniciativa dos novos governos municipais eleitos na década de 80, ou, ainda, como reflexo da desarticulação institucional dos sistemas estaduais de habitação e da retração e fragilidade das políticas federais, houve um efetivo processo de descentralização e municipalização das políticas habitacionais, a partir de meados dos anos 80. (BRASIL/MCID, 2004.)

A emenda constitucional 26/2000 diz que a moradia é um dos direitos sociais e que é papel do Estado prover moradia para as famílias de baixa renda. "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Em 2003 é criado o Ministério das cidades que passa a ser o órgão responsável pela política urbana englobando setores como habitação, saneamento, transporte. E a política de habitação se insere na política de desenvolvimento urbano.

Nessa perspectiva, a Política Nacional da Habitação tem como componentes principais: Integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação. (BRASIL/ MCID, 2004).

O Programa Minha Casa Minha vida foi lançado em 2009 pelo Governo Federal. O programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias de diferentes faixas de renda. Incluindo de 0 a 3 salários, ou seja, as famílias mais carentes. O Programa busca atender à demanda habitacional de baixa renda, que não possuem meios de adquirir uma casa pelas vias tradicionais do mercado formal. O Ministério das Cidades é o responsável por determinar as regras, as diretrizes, as condições, a distribuição de além de acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos para o Programa. A Caixa Econômica Federal é responsável pelo financiamento e operação do programa junto aos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos.

De acordo com Aragão e Soraggi o Programa Minha Casa Minha Vida contribuiu para a inserção de famílias até então excluídas do mercado da moradia, através de subsídios e condições mais favoráveis de financiamento da casa própria porém o programa mantém a segregação sócio espacial da população de baixa renda.

A adoção de uma política habitacional de interesse social baseada em um modelo de mercado, por sua vez fundado em mecanismos de linhas de crédito, faz com que o fenômeno da segregação socioespacial da população de baixa renda adquira novas feições. Com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, o mercado assumiu o protagonismo na produção das habitações, e a lógica do preço da terra e da garantia dos lucros de produção ao setor imobiliário reforçaram o padrão de localização periférica da população de baixa renda. Além disso, críticas ao atual cenário da política habitacional brasileira ressaltam que o programa não contribui para a reforma urbana e para o cumprimento da função social da propriedade, já que não propõe o enfrentamento das questões fundiárias.(ARAGÃO, SORAGGI, 2016, p10)

O Programa Minha Casa Minha Vida tem vários problemas, o beneficiário consegue uma casa, mas nem sempre é possível continuar nela. Durante a seleção dos beneficiários o local de origem e não é considerado, o que além de afastar a família da convivência de seus laços familiares, de amizade, além da rede sócio assistencial a qual o beneficiário já tem uma ligação, muda também a trajetória para chegar ao local de trabalho, dentre outros aspectos dificultadores. O local em que, na maioria das vezes, são construídos os empreendimentos é distante do centro da cidade e muitas vezes desprovidos dos equipamentos comunitários que propiciam uma melhor qualidade de vida dos moradores.

Historicamente o modelo de políticas habitacionais passa por transformações, porém pode se observar que as mesmas são ineficientes em resolver essa questão, não viabilizando condições para que todos tenham acesso à habitação.

Ao longo da trajetória das políticas habitacionais brasileiras, a casa própria foi consolidada como um ideário que reforçou as relações do Estado e dos agentes do mercado imobiliário, assim como foi utilizada como mecanismo de domesticação da sociedade. Neste sentido, as políticas habitacionais no Brasil corroboraram com a mercantilização da moradia e a radicalização dos efeitos segregadores da cidade promovidos pela competição por espaço urbano. Retomando as reflexões de Lefebvre (2001, 2008), os problemas da habitação constituídos ao longo do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira e as transformações recentes da política habitacional no Brasil traduzem a primazia do *habitat* sobre o *habitar*, ou seja, da mercadoria moradia e do exercício da função de morar sobre o direito à moradia. Sob este aspecto, o acesso ao espaço urbano, ou seja, à cidade, permanece um privilégio.(ARAGÃO, SORAGGI, 2016, p.10)

Na realidade o que se vê é que muitas das pessoas por não terem condições financeiras conseguem se manter nos grandes centros e se deslocam para as periferias, formando as grandes favelas e demais áreas de exclusão dificultando ainda mais o acesso aos serviços públicos. A política habitacional do país não garante a universalização do acesso à moradia a todas as famílias.

Deve-se considerar ainda que o fato de se possuir uma casa não garante a sobrevivência do indivíduo, a habitação extrapola o limite da casa e passa a exigir outras condições, tais como: saneamento básico, transporte, alimentação, assistência à saúde, lazer, consumo, serviços públicos, condições ambientais, dentre outros. É na habitação que o sujeito vai desenvolver atividades que são necessárias à sua manutenção de vida e, portanto, ela engloba os elementos já citados, além da convivência familiar e com seus vizinhos (SANTOS, SOARES, VICENTE; 2014).

A ação do Estado depende da correlação de forças sociais existentes na sociedade, o Estado por um lado favorece os interesses do capital, por outro formula políticas públicas voltadas a uma mínima garantia de sobrevivência da classe trabalhadora, Pinto diz que

Já sinalizamos a importância de não considerarmos o Estado como um ente desconectado das relações sociais, ao contrário, ele é a expressão destas; bem como de que priorizar a dimensão política da realidade reduz a uma compreensão dicotomizada da relação produção/distribuição, não dimensionando a determinação da primeira sobre a segunda, reforçando assim a visão de cidadania dominante, diluindo a própria ação do Estado nesse contexto. (PINTO, 2005, p.07)

O Estado, enquanto um representante da classe dominante realiza investimentos que valorizam áreas de interesse do capital.

[...] o papel do Estado vai ser facilmente visualizado na seletividade do investimento público (infra-estrutura, equipamento coletivo, normatização e fiscalização do uso do solo) que encobre o “segredo” da valorização da terra. A intervenção do Estado acaba por estruturar a cidade e ordenar a questão habitacional em favor dos lucros da iniciativa privada. Partimos da constatação de que a questão habitacional, para ser resolvida, no marco do sistema capitalista, precisa enfrentar a propriedade privada da terra e os limites do mercado consumidor. Isso nos leva a concluir, que a questão habitacional é intrínseca ao sistema e revela a profundidade da questão social no capitalismo. (PINTO, 2005, p. 07)

A atuação do Estado, ou a falta de atuação, favoreceu a estruturação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo, definindo padrões diferenciados – e, por vezes, excludentes – de uso e ocupação do solo. Ao longo da consolidação da expansão metropolitana, especialmente a partir da década de 1940, as intervenções do Estado subordinaram-se aos interesses deste mercado. Sob este aspecto, o preço dos terrenos foi decisivo para o processo de ocupação de Belo Horizonte e do espaço metropolitano. Naquele momento, a atividade imobiliária tornou-se um instrumento capaz de controlar e promover o acesso à cidade através da produção de loteamentos. (ARAGÃO, SORAGGI, 2016, p.04)

Os investimentos feitos pelo Estado valorizam o espaço, geram economia de gastos para o capitalismo e propicia mercado de consumo, favorecendo a especulação imobiliária. Não podemos desconsiderar que o Estado ao criar políticas públicas que visam garantir o mínimo para a reprodução da classe trabalhadora ainda está atendendo aos interesses do capital.

A segregação sócio territorial e a questão habitacional são consequências do sistema de produção capitalista e das contradições provenientes desse sistema, ou seja, uma expressão da chamada questão social. A questão social engloba o conjunto de desigualdades e lutas sociais engendradas pela produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Por tanto a questão social é expressão da contradição entre capital e trabalho, em que o capitalista se apropria de forma privada da riqueza socialmente produzida.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.77)

A questão habitacional é decorrente do desenvolvimento do capitalismo na sociedade urbana e suas contradições sociais.

A problemática urbana se torna uma “questão” tendo em vista o enorme acirramento das desigualdades engendradas no espaço das cidades dominadas pelo capital, configurando-se como o palco onde se materializam de forma perversa as manifestações da questão social e a contradição entre as classes detentoras de capital (setor financeiro e construção civil, por exemplo) e as detentoras apenas de sua força de trabalho em potencial, explorada ou sem perspectiva de trabalho (desempregados e desocupados que, em geral, alcançam visibilidade na condição de moradores em situação de rua e moradores de favelas). (CLEMENTE, 2015, p.33)

Uma vez que a classe mais pobre não possui condições financeiras para acessar as áreas nobres da cidade ela se desloca para as áreas mais afastadas das cidades, habitando, muitas vezes de forma irregular, em locais onde estão presentes as diversas expressões da questão social.

Para Abramo (2007), a ocupação popular de terras urbanas é impulsionada, ainda no início do século XX, pela lógica da necessidade e transforma-se, a partir dos anos 1950, na principal forma de acesso da população de baixa renda ao solo urbano em muitos países latinoamericanos, sendo, no Brasil, acirrada pelo próprio processo de urbanização. Ao analisar a constituição do mercado informal de moradia, especialmente nas periferias das grandes cidades latinoamericanas, o autor afirma que o modelo de cidade formal modernista reproduzido pelas elites latinoamericanas e estruturado sobre um conjunto de requisitos normativos, contribuiu para a exclusão da população de baixa renda do mercado formal/legal de moradia, especialmente das famílias com rendimento inferior a três salários mínimos, induzindo a produção de moradia através da ocupação irregular e/ou clandestina (ARAGÃO, SORAGGI, 2016, p.02)

A localização na cidade vai determinar tem influência direta no acesso ou não aos bens e serviços urbanos. Aos mais pobres, e portanto, sem condições de acesso a serviços necessários a sua sobrevivência tendem a estar em locais destituídos destes serviços, que quando existem no local, normalmente funcionam de maneira bastante precária, além disso esses locais são sujeitos aos riscos ambientais.

Sob um olhar dialético, Harvey (1973) defende que a elite define os espaços de localização da população mais pobre, na medida em que influencia nos sistemas de valorização da terra e, conseqüentemente, restringe o acesso de famílias de menor renda. O autor ainda argumenta que uma mudança no padrão de moradia e localização da elite força todas as classes de menor poder aquisitivo a ajustarem seu próprio padrão de localização residencial. Assim, para ele, o cerne do debate urbano deve focar a inescapável contradição entre a provisão de espaços e lugares para necessidades tanto econômicas como sociais. A melhoria dos espaços, através de investimentos públicos para sanar necessidades coletivas e criar lugares, acarreta na elevação do preço da terra e em conseqüentes limitações econômicas ao acesso destas áreas pela população de baixa renda. Como resultado desta lógica, a capacidade de pagar por terra urbana é o que determina a “escolha” de moradia pela população de baixa renda. Diferente de Alonso (1964), que afirma que pessoas competem pela proximidade com áreas que concentram empregos, Harvey (1973) considera que a competição se estabelece por *espaço urbano*. (ARAGÃO, SORAGGI, 2016, p.07)

Na sociedade capitalista a habitação é uma mercadoria, não sendo acessível a uma parcela expressiva da população, ela passa a ser um privilégio dos que tem condições financeiras de consumir.

Assumimos a concepção que compreende a habitação não apenas em seu valor de uso, como também no valor de troca, o que a caracteriza como uma mercadoria. Nesse sentido, estabelece-se uma estreita relação entre o acesso à habitação e o nível de renda da população. Sendo um objeto de consumo, uma mercadoria, a habitação – que é culturalmente definida como o lugar onde se desenvolvem as atividades cotidianas necessárias à sobrevivência de cada um e também à reprodução da força de trabalho – é constituída por um sentido amplo que considera o seu entorno físico, como a paisagem, o caminho e também a convivência coletiva e de vizinhança. Ao estudar a questão habitacional, entendemos que ela se constitui como parte do complexo e contraditório processo de estruturação urbana da sociedade capitalista. (PINTO, 2005, p.02)

Pudemos ver que o acesso à habitação é restrito aos que possuem condições financeiras de pagar por ela, os que não possuem dinheiro são deslocados cada vez mais para as periferias se concentrando em pequenos espaços.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou fornecer elementos para uma análise e melhor compreensão da habitação e sua relação com a sociedade capitalista a partir da trajetória da urbanização no Brasil e da Política Nacional de Habitação no país buscando demonstrar que esta é uma das múltiplas expressões da questão social. A questão habitacional não advém de um desequilíbrio entre o número de imóveis e quantidade de pessoas, ela é sim uma expressão da questão social, surge da dominação de uma classe sobre a outra, um sistema de produção onde a produção é coletiva, mas a apropriação dos bens é privada. De acordo com a dados coletados pela Fundação João Pinheiro em 2015, o Brasil possui 7,906 milhões de imóveis vagos, 80,3% dos quais localizados em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desse total, 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados.

A segregação sócio territorial e a questão habitacional estão intrinsecamente conectadas à lógica capitalista. Seu enfrentamento, depende das ações políticas de governo e das lutas e conquistas das classes

populares. Na sociedade capitalista o solo urbano deixa de ser uma utilidade, e transforma-se em uma forma de investimento e se apresenta como um elemento de luta por melhores condições de vida pela classe trabalhadora.

No Brasil podemos observar que a participação e o privilegio da apropriação de uma condição melhor de moradia é concentrada nas mãos de poucos. Então, faz-se necessário, pensar em políticas públicas que visem garantir à classe trabalhadora condições dignas de sobrevivência, é preciso repensar o modo de distribuição das riquezas socialmente construídas.

REFERENCIAS

AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael Soares. **Serviço Social, habitação e direito à cidade: favelas, periferias, subúrbios e assentamentos informais**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 1-4, ago./dez.2015

ARAGÃO, Thêmis Amorim.; SORAGGI, Ana Carolina Maria. **O Direito à Cidade e as Ocupações Urbanas: Um olhar sobre a vila Eliana Silva / Belo Horizonte**. In: Marx, Vanessa; Costa, Marco Aurélio. (Org.). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à habitat iii. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v. 1, p. 232-254.

CASSAB, Clarice. **Morar: direito do trabalhador?** Experiências de luta em torno da moradia. In: XII Encontro de História Anpuh, Rio de Janeiro, 04 a 07 de agosto de 2008.

CLEMENTE, Luciene de Oliveira. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DO ATO DE HABITAR: um estudo sobre a relação entre política habitacional, território e sujeitos sociais em Juiz de Fora – MG**. Juiz de Fora. Dissertação de mestrado, UFJF, 2015.

Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte : FJP, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. 2.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. 18 ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001

MENEGAT, Elizete. **Questão social e segregação sócio – territorial: Termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental**. Libertas v.2/3, Juiz de Fora: Ed UFJF, 2003.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Política nacional de habitação, intersectorialidade e integração de políticas públicas**. Apostila do curso à distância trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das Cidades. Brasília, s.d.

PINTO, Marina Barbosa. **Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira**. In: Revista Libertas, v. 4 e v. 5, n. especial, jan - dez. 2004 e jan. – dez. 2005. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2004. Disponível em: <www.cidades.gov.br>

SALATA, André Ricardo. **Segregação urbana e reprodução das desigualdades sociais: um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores**. Estudos e pesquisa em psicologia v.7 n.2 Rio de Janeiro. 2007

SANTOS, Ana Cláudia dos; SOARES, Camila Aparecida de Lima; VICENTE, Maria Alice de Souza. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e as novas condições de segregação territorial da população negra**: um estudo sobre os moradores do Parque das Águas – Juiz de Fora. Trabalho de Conclusão de Curso, UFJF, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social; v.6)

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política Habitacional Brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm